

DICAS

INSTITUTO PÓLIS

IDÉIAS PARA A AÇÃO MUNICIPAL

Nº 216

2004

USAR A FITOTERAPIA NA REDE PÚBLICA

A prefeitura pode introduzir na rede pública de saúde o uso de fitoterápicos de eficácia comprovada, assegurando à população em geral o acesso a medicamentos seguros, de qualidade e custo reduzido.

O uso de plantas medicinais é bastante disseminado entre a população brasileira. Muitas vezes, mesmo depois de receber uma medicação ao passar por uma consulta na rede de saúde, as pessoas optam por não tomar o remédio receitado, tratando-se com chás, xaropes, infusões, pomadas e outros, indicados por raizeiros e rezadeiras de sua comunidade. Outras vezes, optam diretamente pelas ervas por não ter acesso aos medicamentos. Ainda assim, vários profissionais biomédicos condenam esta prática por não haver comprovação científica do potencial curativo das plantas utilizadas.

Uma alternativa que vem sendo incentivada pela Organização Mundial da Saúde, no intuito de diminuir a exclusão dos sistemas governamentais de saúde, é que cada país proceda a um levantamento regional das plantas utilizadas na medicina popular tradicional, estimulando e recomendando o uso das que tiverem eficácia comprovada, desaconselhando as que podem ser prejudiciais e, acima de tudo, desenvolvendo projetos de cultivo e uso das plantas selecionadas.

No Brasil, há programas de fitoterapia no sistema municipal de saúde em várias prefeituras. Mesmo sem ser reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina, a prática é autorizada na rede pública por uma resolução do Ministério da Saúde, de 1988. Em 2001, o ministério elaborou um documento com diretrizes para o uso de fitoterápicos no sistema público de saúde.

O uso de plantas medicinais pressupõe identificar as plantas que têm caráter medicinal e a maneira como elas devem ser aplicadas. Além disso, as plantas devem ser adequadamente cultivadas e distribuídas para a população. No caso de usos na forma de chás ou compostos, é preciso que o Departamento de Farmácia da Secretaria de Saúde esteja equipado para produzi-los.

Por meio da implantação de hortas comunitárias e de um programa de produção, cultivo, elaboração e distribuição de plantas medicinais, as prefeituras podem garantir à população o acesso a medicamentos, diminuindo custos e valorizando o saber popular.

■ IMPLANTAÇÃO

O primeiro passo é fazer um levantamento das espécies de plantas medicinais existentes na região. Para este levantamento, o Departamento de Farmácia da Secretaria de Saúde pode buscar o apoio de alguma universidade que já atue nesta área. A universidade pode contribuir tanto com a metodologia para realizar o levantamento quanto com a capacitação da equipe da Secretaria de Saúde, especialmente agrônomos e farmacêuticos. Caso a prefeitura não tenha profissionais nesta área, pode solicitar à universidade que assuma todo o levantamento, bem como o desenvolvimento de métodos de plantio, colheita e fabricação dos remédios caseiros. A Universidade Federal do Ceará, por exemplo, com o Projeto Farmácias Vivas (*veja Box*), realiza pesquisas, coleta e preparo dos medicamentos, disseminando a prática para as prefeituras.

O levantamento pode começar com a identificação das plantas utilizadas por raizeiros e rezadeiras, bem como os usos recomendados por eles para as diversas doenças. Como em muitos municípios a Vigilância Sanitária reprime qualquer atividade destes agentes, em geral eles não são muitos receptivos às visitas por parte do poder público. Para o sucesso do levantamento, é preciso divulgar amplamente os objetivos do trabalho da Secretaria de Saúde, chamando a atenção da equipe da Vigilância para a importância de se identificar estes agentes, não

os perseguindo. Um exemplo de articulação com estes agentes pode ser encontrado em programas de combate à mortalidade infantil (*veja DICAS Nº 211*).

Além deste levantamento de campo, é preciso realizar um levantamento bibliográfico, identificando as espécies já existentes e as que são agronomicamente compatíveis com as condições ecológicas da região.

A partir destes dois levantamentos são escolhidas as plantas que farão parte do projeto. Podem ser tanto as plantas que são de uso tradicional e popular, e que já são inseridas na comunidade local, ou aquelas plantas oficialmente aceitas como medicinais e que estão, portanto, inseridas na Farmacopéia brasileira. Podem ser incluídas no programa também as plantas já cultivadas ou aquelas ainda silvestres, mas que, pouco a pouco, podem ser cultiváveis na região, sem provocar desequilíbrios ecológicos.

É importante que, após identificar as plantas, o Departamento de Farmácia especifique como devem ser usadas, em que quantidades e em que casos.

Uma segunda etapa é a coleta das plantas e a produção de mudas a serem utilizadas nas hortas medicinais comunitárias. Essa etapa é realizada tanto com as espécies já existentes na região, como com aquelas que devem ser trazidas de fora e que têm compatibilidade com o local. Em seguida, com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente ou de Agricultura, parte-se para a instalação de hortas medicinais comunitárias, divididas por pequenas regiões, e que servirão para a produção das plantas medicinais. Uma horta central também deve ser instalada, para produção das mudas e realização dos estudos experimentais. Essa horta central também é responsável por processar as plantas que serão consumidas e elaborar e embalar os fitoterápicos a serem distribuídos nos hospitais.

■ DIVULGAÇÃO

Uma quarta etapa é a Secretaria de Saúde organizar meios de distribuição das plantas medicinais para a população. A distribuição e utilização podem ser feitas de três formas pela prefeitura: a) recomendação do uso das plantas frescas, fornecendo as medidas recomendadas; b) distribuição das plantas secas empacotadas para a preparação de chás e, por último, c) distribuição de fitoterápicos pelos postos de saúde, o que pressupõe um preparo prévio dos compostos.

A distribuição dos medicamentos fitoterápicos pode ser feita pelos postos de saúde, descentralizando o acesso à população. Outra forma de garantir ampla distribuição é por meio das equipes do Programa Saúde da Família, que podem levar os medicamentos em suas visitas às comunidades e clarear as dúvidas da população quanto às plantas medicinais já utilizadas.

Não basta, no entanto, disponibilizar as plantas e os preparados fitoterápicos. Por meio de oficinas e de distribuição de materiais como cartilhas e folhetos ilustrados, a Secretaria de Saúde pode ensinar a população a utilizar os medicamentos, divulgar instruções sobre indicações, forma de uso e quantidades. Isso é fundamental para que os fitoterápicos tenham uso correto e não causem problemas de saúde a quem os utilizar.

Outra etapa é sensibilizar os profissionais da saúde para que utilizem e recomendem os fitoterápicos. Por não ser regulamentado pelo Conselho Federal de Medicina, em geral há alguma resistência por parte dos profissionais biomédicos. Uma das ressalvas é que o uso

dos fitoterápicos não tem fundamentação científica. A divulgação de estudos e das normas de utilização prescritas pela Vigilância Sanitária ajudam a superar esta resistência. Além disso, as discussões com os profissionais da rede pública de saúde devem avaliar o quanto a população segue o tratamento com remédios alopatícos. Constatado que os tratamentos são interrompidos muitas vezes por falta de acesso ou por falta de confiança nos medicamentos, muitos profissionais se dispõem a conhecer melhor os remédios fitoterápicos e os alcances de seus usos.

■ HORTAS COMUNITÁRIAS

A fim de suprir a necessidade de plantas medicinais para áreas urbanas de grandes cidades, assim como de comunidades rurais, pode-se implantar e disseminar hortas medicinais comunitárias.

As hortas são um espaço comunitário para o cultivo das plantas medicinais. Sua implantação permite o suprimento em quantidades suficientes das plantas validadas cientificamente para uso terapêutico das famílias que vivem nas proximidades das hortas.

As hortas locais descentralizadas não suprimem a necessidade de se instalar um horto principal, organizado para a produção de massa verde e a preparação de mudas das plantas medicinais para distribuição. Além disso, é o horto principal que produz os fitoterápicos e as plantas secas e realiza pesquisas científicas com as plantas.

Isto compreende a aquisição de máquinas complementares, como equipamentos de secagem, moagem e embalagem das plantas secas, além da instalação de laboratórios farmacêuticos e de oficinas destinadas à preparação dos produtos fitoterápicos com base na matéria-prima produzida. O horto principal permite instalar e manter as hortas caseiras e comunitárias por meio da produção e distribuição de mudas genuínas; permite preservar as espécies medicinais nativas ou cultivadas na região e garantir a continuidade do processo de recuperar a informação popular sobre as plantas medicinais. Também serve como uma base para o desenvolvimento de pesquisas sobre as plantas.

■ CUIDADOS

É fundamental realizar uma pesquisa sobre os princípios ativos das plantas da região, bem como quais suas indicações, contra-indicações e em que quantidades devem ser usadas. Esse cuidado é essencial para que plantas ou quantidades erradas não tragam prejuízo para a saúde da população. Além disso, nas cartilhas e oficinas com raizeiros, rezadeiras e a população em geral deve-se desaconselhar o uso de fitoterápicos com efeitos não comprovados. Esse mesmo cuidado deve ser tomado com os profissionais da saúde.

A correta manipulação das plantas também é essencial. Seja desenvolvendo compostos, chás ou simplesmente secando as plantas, deve-se ter cuidado com materiais utilizados, quantidades, informações e bulas e, principalmente, embalagens, para que as plantas não sejam contaminadas com fungos e bactérias.

PROJETO FARMÁCIAS VIVAS

O Projeto Farmácias Vivas, da Universidade Federal do Ceará, já com 20 anos de experiência, é o primeiro programa de assistência social farmacêutica baseado no emprego de plantas medicinais no Brasil. Nasceu como resultado da busca de uma metodologia que integrasse o conhecimento das práticas da medicina tradicional nordestina aos conhecimentos da fitoterapia científica.

O principal objetivo do projeto é substituir o uso empírico de plantas medicinais pelo uso correto das plantas existentes na região, selecionadas pela

sua eficácia e segurança cientificamente comprovadas e garantindo à população em geral o acesso aos medicamentos.

Para isto, busca desenvolver uma mentalidade preservacionista da natureza, por meio do conhecimento da importância das plantas medicinais regionais na manutenção e na recupera-

ção da saúde; estruturar um serviço de seleção, coleta, domesticação, registro, divulgação e cultivo de plantas medicinais usadas na região, em forma silvestre ou cultivada, de modo a oferecer às comunidades, plantas com eficácia e segurança terapêutica comprovadas.

A idéia central que move as pesquisas é recuperar os

conhecimentos tradicionais baseados na identidade cultural das populações, integrando o saber popular e o conhecimento científico.

Após o estudo e levantamento das plantas da região que tenham funções terapêuticas cientificamente comprovadas, o programa opera em diversos locais, onde as plantas são cultivadas em pequenas hortas medicinais comunitárias. A partir daí, elas são manipuladas tecnicamente para sua transformação em medicamentos e distribuídas para a população local, sob a forma de chás ou de alguns preparos fitoterápicos.

Leia os Boletins
DICAS na Internet:

<http://www.polis.org.br/publicacoes/dicas>

Autoras: Veronika Paulics e Gabriela Lotta.

Agradecemos as informações disponibilizadas pelo professor Francisco José de Abreu Matos e sua equipe.

Instituto Pólis - Rua Araújo, 124 - Centro - São Paulo - SP - Brasil
CEP 01220-020 - Telefone: (011) 3258-6121 - Fax: (011) 3258-3260 -
<http://www.polis.org.br> - e-mail: dicas@polis.org.br